

HABEAS CORPUS Nº 515.170 - SP (2019/0167403-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO ADAMI LATUF
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO ADAMI LATUF - SP137826
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J C R

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de J C R apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC 0002450-73.2016.8.26.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 217-A, c/c o art. 61, inciso II, alínea "g", na forma da Lei n. 11.340/2006 (e-STJ fls. 17/19).

Posteriormente, houve aditamento à denúncia, para alterar a capitulação do delito supostamente praticado para aquele previsto no art. 213, parágrafo único, c/c o art. 224, alínea "a", do Código Penal (e-STJ fls. 91/92).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* pugnando pelo trancamento da ação penal em razão de alegada existência de prescrição da pretensão punitiva.

A ordem, no entanto, foi denegada. Eis a ementa (e-STJ fl. 124):

HABEAS CORPUS – ESTUPRO (Art. 213, parágrafo único, c.c. o art. 224, "a", ambos do CP) – Impetração objetivando o trancamento da ação penal com o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva – Inexistência de decisão em primeiro grau passível de análise no presente writ – Manifestação por este Tribunal que acarretaria verdadeira supressão de instância – Ordem denegada.

Neste *habeas corpus*, a defesa repisa as alegações lançadas na origem, acrescentando a ausência de justa causa para a ação penal, pela inexistência de lastro probatório mínimo a embasar a denúncia (e-STJ fls. 9/10).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para declarar a extinção de punibilidade do paciente e o trancamento da ação penal na origem.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Como é cediço, a extinção prematura da ação penal pela via do *habeas corpus* somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais seja patente a atipicidade da conduta, a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade do delito, ou a presença de alguma causa extintiva de punibilidade, requisitos que, ao menos neste juízo de cognição sumária, não verifico presentes, impedindo o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator